

ONTONEGATIVIDADE DA POLITICIDADE: CRÍTICA AS LIMITAÇÕES DA POLÍTICA NO DESENVOLVIMENTO DA OMNILATERALIDADE

BRUNO GONÇALVES DA PAIXÃO

Graduado em História. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Política e Sociedade – NETPS-
UESB
brpja@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir as limitações da política no desenvolvimento da omnilateralidade, a partir da “Ontonegatividade da Politicidade”, categoria cunhada por José Chasin, com base na crítica radical do filósofo alemão, Karl Marx, em relação à política. Para Marx, a política está ligada a relação de dominação do homem pelo homem, ou seja, inscrita historicamente com o surgimento da propriedade privada e a sociedade de classes. Ao evidenciar tal estatuto da política, coloca-a como elemento inessencial ao pleno desenvolvimento das relações sociais, retirando da mesma, sua primazia enquanto elemento superior no processo relacional entre os homens, para resolução dos problemas sociais e não menos como meio de transformação da sociabilidade e ao mesmo tempo, transformação de si mesmo. Para Marx, o Estado, instrumento ósseo da politicidade, através de suas ações, seja progressista ou liberal, não consegue romper com os verdadeiros problemas da humanidade, pois sua existência reside nas contradições ontológicas das questões sociais. Para uma verdadeira construção do homem, para além da pré-história, é necessário a superação da politicidade através da crítica às suas manifestações materiais.

Palavras-chave: Política, Politicidade, Ontonegatividade, Estado.

O presente artigo tem como objetivo discutir - de forma prolegomenar - as limitações da política no desenvolvimento da omnilateralidade, a partir da “Ontonegatividade da Politicidade”, categoria cunhada por J. Chasin, com base na crítica radical do filósofo Alemão, Karl Marx, em relação à política. Pretende-se

mostrar que, para Marx a política está ligada à relação de dominação do homem pelo homem, ou seja, inscrita historicamente com o surgimento da sociedade de classes e a propriedade privada, logo depois do que se chama de Revolução Neolítica (descoberta da agricultura, da pecuária e produção de excedente), e conseqüentemente, demonstrar que assim como o aparecimento da dimensão política está intimamente ligado a relação de dominação citado acima, ela tenderia a desaparecer com o fim desta.

Ao identificar essa essencialidade funcional da política, que se faz necessário como dimensão material reguladora das sociedades de classe, a crítica deverá ser lançada quanto a sua limitação para o desenvolvimento da humanidade em sua plenitude subjetiva, pretendendo assim, demonstrar que o homem só se tornará efetivamente homem (no sentido de gênero humano) não com o aprimoramento da política, aperfeiçoando, por exemplo, a forma manifesta como democrática, mas com a negação de qualquer manifestação material da politicidade, rompendo com essa dimensão, possível apenas com uma revolução de alma social.

Essa discussão de uma essência negativa da política em si e uma essencialidade negativa da política em Marx, se deve muito ao filósofo brasileiro José Chasin, mesmo que esse, infelizmente, tenha tomado decisões práticas opostas aos seus escritos, assunto que não cabe aqui ser prolongado. Vale ressaltar, isso sim, que desse pensador marxista, o texto é muito devedor dessa categoria, que é de extrema importância para recuperar a ideia marxiana do processo revolucionário com vista à emancipação humana. No mais, se faz mister salientar que o uso do termo “ontonegatividade da politicidade”, elaborada por Chasin, é utilizado aqui pelo seu alcance teórico-metodológico, ou seja, ele é preciso, não deixa dúvidas sobre o que se quer dizer. Usar ontonegatividade no lugar de negatividade tem uma grande diferença para o propósito da discussão do tema. Quando se usa o primeiro, é porque acredita-se que a política, em termos gerais, tenderá a findar com o fim da sociedade de classes. Já quando se usa o segundo termo, admite-se geralmente que a política só é negativa no seu aparecimento junto à sociedade de classes, numa sociedade qualitativamente superior, acredita-se que ela possa mudar também qualitativamente, ou em outros termos, teria uma dimensão positiva. Dito isto, deve se ter em mente também que o texto não tem

Marx apenas como referencial metodológico, mas se busca um retorno a letra desse pensador, para por em discussão um assunto frequentemente entendido como já superado pelos estudiosos marxistas e pela maior parte das organizações - as mais variadas - ditas comunistas. Assim sendo, deve-se ter em mente que o principal interlocutor do texto é o próprio Marx.

Política e sua essência negativa para regulação

O apontamento do surgimento da Política em determinada fase da história e como dimensão necessária a um novo modo de se relacionar, ligado a uma nova relação social que se despontava, introduz nessa categoria o seu caráter histórico, tirando de si o espírito eterno e naturalmente humano, abrindo espaço para a crítica à sua positividade, ou seja, ao entendimento da Política como única ferramenta para as resoluções dos problemas da humanidade.

Este florescer de uma nova dimensão relacional, como já mencionado, deve ser compreendido enquanto processo, e se situado historicamente, relacionado a outros complexos assim como o que levou ao seu surgimento. Neste último aspecto, afirmar que a Política nasce como uma necessidade da sociedade de classes, deve-se pensar na mesma enquanto dimensão reguladora dessa última, e se a dominação do homem pelo homem é um entrave para o desenvolvimento deste, a Política aparece enquanto categoria negativa.

Para ficar mais claro, observe-se o quadro em que é explicado resumidamente a formação e os complexos de uma sociedade de classe, tornando-se necessário uma dimensão reguladora que bloqueie, em detrimento de uns, o desenvolvimento de todos. Diz Lessa,

“Com a Revolução Neolítica, uma classe social passa a explorar a outra classe: isso é a sociedade de classes. E a propriedade privada é esta relação social que faz com que o trabalho de um indivíduo possa ser apropriado por outro como sendo sua propriedade. A propriedade privada não são as coisas, mas a relação de exploração do homem pelo homem que se funda no poder econômico, isto é, o poder do que "se tem" passa a predominar sobre o que "se é"; é o domínio do "ter" sobre o "ser" na conhecida expressão dos Manuscritos de 1844 de Karl Marx.” (Lessa, 2005, p. 04).

Observe que, se a política é uma necessidade da sociedade de classes, da propriedade privada, logo da exploração do homem pelo homem, pode-se chegar a duas conclusões fundamentais:

01. A sua essência é histórica e não natural: ou seja, ela não nasce com o homem, não é inerente a este e não se configura enquanto princípio positivo para o desenvolvimento do intelecto deste.

02. Sua essência é negativa, pois nasce para mediar a relação de exploração do homem pelo homem, ou seja, para garantir o processo de desumanização. Por isso Chasin refere-se a ela como Ontonegatividade, pois a sua essência é negar a efetivação do ser social enquanto ser pleno de humanidade.

É partir desses elementos, colocados em outros termos, que perpassam a obra marxiana, desde os seus escritos de juventude, até as comumente obras chamadas de maturidade, que Chasin poderá desenvolver sua categoria. Este diz:

Tratando-se de uma configuração de natureza ontológica, o propósito essencial dessa teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social. (...) É ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática (...) apenas e justamente na particularidade do longo curso de sua pré-história”. (Chasin, 2009, p. 367-368).

Os estudos de Chasin apontam para o fato de que a política não é inerente ao ser social, ela não está ligada umbilicalmente a esse, mas ao contrário, ela apenas o acompanha nas mais variadas formações históricas regida pela lógica do domínio de classe, por isso o termo ontonegatividade da política. Ela surge para atender um novo modo de produção, se desenvolve de forma diferente de acordo com o período histórico, e se extinguirá com o fim da sociedade de classes, caso isso venha a ocorrer.

Na citação acima, Chasin recupera um trecho da *A Ideologia Alemã*, de Marx, onde este diz que a humanidade ainda vive na “pré-história”, para lembrar que a verdadeira história só começará com o fim da sociedade de classes, ou seja, com o fim de todo corolário material dessa sociedade, incluindo a política, o que leva a concluir que todo esforço para o desenvolvimento dessa dimensão, não levará a humanidade a alçar um novo patamar histórico, pois não romperá os limites da pré-história que ainda se vive. O desenvolvimento da humanidade até

hoje não é nada diante do que se poderá obter com um salto ontológico, e este só será possível via revolução e não com o aprimoramento da política.

Marx, ao evidenciar tal estatuto da política, a coloca como elemento inessencial ao pleno desenvolvimento das relações sociais, retirando da mesma sua primazia enquanto elemento superior no processo relacional entre os homens, para resolução dos problemas sociais e não menos como meio de transformação da sociabilidade e, ao mesmo tempo, transformação de si mesmo.

Um passeio de Marx pela essência Política

Para respaldar as colocações anteriores, o retorno a obra marxiana é de extrema importância. Nas páginas que se seguem, o esforço será para buscar na letra de Marx, os textos onde se pode compreender a ontonegatividade da Politicidade a partir da crítica marxiana a Política e ao seu instrumento ósseo, o Estado. Observe-se um dos parágrafos das *Glosas Críticas Marginais ao Artigo do Rei da Prússia e a Reforma Social de um Prussiano*:

(...) Quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais (Marx, 1995, p. 13).

Na citação acima, o pensador alemão fala da impossibilidade de se resolver os problemas ligados ao Estado por decisões ou ações políticas. A racionalidade política não pode se superar ou acabar consigo própria, pois ela só pode se manter enquanto racionalidade viva em sua materialidade exatamente por ser o que é: “produto” do *modus operandi* da engrenagem que faz chegar ao extremo os conflitos sociais, ela surge para regular a sociedade que tenta em vão, através dela, se livrar das anomalias sociais. Marx é categórico, quanto mais buscar o desenvolvimento da dimensão da politicidade, mais ela será incapaz de resolver o que ela tem que manter.

Anteriormente a esse trecho, Marx fala sobre a questão da vontade política em resolver os problemas sociais, onde geralmente culpabiliza-se a administração estatal, uma fração ou outra da burguesia que está no poder, deslocando assim o problema da base material para a boa vontade da direção do Estado.

No caso Inglês:

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é uma responsabilidade da política, o whig considera o tory¹ e o tory o whig a causa do pauperismo (...) Nenhum dos partidos encontra a causa na política em geral, pelo contrário, cada um deles a encontra na política do partido adversário; porém, ambos os partidos sequer sonham com uma reforma da sociedade. (Marx, 1995, p. 05).

Já na França:

A Convenção teve, por um momento, a coragem de determinar a eliminação do pauperismo, não certamente "de modo imediato", como o "prussiano" exigiria do seu rei, mas depois de haver encarregado o seu Comitê de Salvação Pública de elaborar os planos e as propostas necessários, e depois que esse utilizou os amplos levantamentos da Assembléia Constituinte sobre as condições da miséria na França e propôs, através de Barère, a fundação do Livre de la bienfaisance nationale etc.. Qual foi a consequência da determinação da Convenção? Que houvesse uma determinação a mais no mundo e que um ano depois mulheres esfomeadas cercassem a Convenção. (...) E, no entanto, a Convenção era o máximo da energia política, da força política, e do intelecto político. (Marx, 1995, p. 10-11).

No primeiro exemplo, Marx coloca que a política só é entendida no seu sentido histórico (no que diz respeito a sua aparência), momentâneo, e nunca enquanto uma dimensão total. Ela se reduz a dois partidos que se alternam no poder e que, um culpa a gestão do outro pelos problemas sociais. É a política de um, ou a política do outro que nunca é capaz de sanar as questões imediatas da sociedade.

No segundo caso, Marx ironiza com o fato de uma das mais respeitadas "instituições" ligada a Revolução Francesa, a Convenção Nacional, tomar decisões cheias de vigor para tentar enfrentar as mazelas sociais, chegando a ordenar que se desse fim a pobreza, mas como, em última instância, a subjetividade não rege a objetividade, mais uma vez a vontade não foi e nunca será o espírito da mudança. O que se tira disso? Que o problema não está no partido, não está no governo, não está na falta de vontade política, e sim, na compreensão desta enquanto dimensão positiva, vista como único locus onde o *citoyen-bourgeois*, pode e deve fazer a mudança.

¹ Whig e Tories eram partidos ingleses que se sucediam no poder. O primeiro defendia ideias liberais, enquanto o segundo mantinha posições conservadoras. Dos seios dos dois, surgiram o Partido Liberal e o Partido Conservador, respectivamente.

O Estado, “locus político por excelência” segundo Lessa, não pode resolver os problemas sociais, não pode levar a cabo políticas universais que beneficiem toda a classe subalterna e burguesa, pois são essas fissuras irresolutivas na sociabilidade burguesa (ou sociedade de classes) que dão vida a essa estrutura instrumental da política. Para Marx,

O Estado jamais encontrará no "Estado e na organização da sociedade" o fundamento dos males sociais, como o "prussiano" exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (Marx, 1995, p. 11).

No texto, *Crítica ao Programa de Gotha (Crítica ao programa do partido operário alemão)*, uma resposta de Marx as propostas de Lassalle, o pensador alemão indica as limitações das “políticas mais desenvolvidas” dentro dos parâmetros de um Estado mais avançado, Estado esse, denominado de livre por Lassalle, reivindicado pelo programa:

As suas reivindicações políticas não contêm senão a velha litania democrática, conhecida de toda a gente: sufrágio universal, legislação directa, direito do povo, exército do povo, etc. São um simples eco do Partido Popular burguês, da Liga da Paz e da Liberdade. São reivindicações altissonantes que, uma vez que não sejam exageradas em representação fantástica, estão já realizadas. Só que o Estado ao qual elas pertencem não está dentro das fronteiras do Império alemão, mas na Suíça, nos Estados Unidos, etc. Esta espécie de «Estado do futuro» é *Estado hodierno*, se bem que existindo fora «do quadro» do Império alemão. (Marx, 1982, p. 12).

Para Marx está claro as conquistas verdadeiramente emancipadoras da classe operária, e com essa, de toda classe subalterna e não menos da classe burguesa, ou seja, a emancipação da sociedade – pressuposto para a efetivação da omnilateralidade - só poderão se inscrever na destruição do Estado e conseqüentemente na eliminação da dimensão da politicidade, embora no processo revolucionário, a classe operária deverá se valer da política, enquanto ação fundamental para o êxito da revolução com vias ao comunismo.

No excerto abaixo, Marx fala do uso da política, mesmo enquanto momento negativo apenas para o processo revolucionário, depois desse momento,

ela deverá dar espaço a uma outra dimensão compatível com uma nova sociabilidade.

Revolução política com uma alma social. A revolução em geral - a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (Marx, 1995, p. 21).

Em um pequeno texto cujo título é *Lutas de Classe e Luta Política*, o pensador alemão continua a indicar, novamente ao pé da letra, o fim da dimensão política e a necessidade dessa apenas para a revolução, pois por ser uma dimensão negadora da humanidade, e tendo em vista que o processo revolucionário pressupõe uma luta encarniçada, ela estaria presente, mas de dissiparia assim que não existisse mais classes sociais. Seguem três excertos onde Marx diz,

Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, resumindo-se em um novo poder político? Não. A condição da libertação da classe operária é a abolição de toda classe (...).

(...)

A classe laboriosa substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil.

(...)Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as revoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: "O combate ou a morte: a luta sangüinária ou nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta". (Marx, 2004, p. 02).

O artigo poderia ser simplificado numa passagem de um texto de Lessa onde se diz que a política:

Tem por função social o exercício do poder dos homens sobre os homens imprescindível à reprodução nas sociedades de classe. É com o surgimento do trabalho excedente, da exploração do homem pelo homem, da propriedade privada, das classes sociais, do Estado e do casamento monogâmico que a política faz sua entrada na cena história. Nem antes, nem depois das sociedades de classe, a política tem qualquer função. (Lessa, 2002, p. 103).

Esse trecho de Lessa, e os outros de Marx, vêm respaldar a ideia ontonegativa da politicidade cunhada por Chasin, pois confere a Política, estatuto ontológico enquanto dimensão essencial a sociedade de classes, com o fim dessa, seguindo essa perspectiva de análise, seria o fim também da política.

2 Conclusão

O Estado, através de sua política, seja progressista ou liberal, não consegue romper com os verdadeiros problemas da humanidade, pois sua existência reside nas contradições ontológicas das questões sociais. Para uma verdadeira construção do homem, para além da pré-história, se faz mister a superação da politicidade, através da crítica às suas manifestações materiais. Tais pressupostos são centrais para o desenvolvimento da omnilateralidade, ou seja, o desenvolvimento do homem enquanto gênero verdadeiramente humano, que decide o que produzir, como produzir, de qual forma distribuir, e que em seu tempo “livre”, que será maior que o tempo dedicado ao trabalho associado (novo patamar de um novo modo de produção), possa aproveitar o afloramento de uma subjetividade nova e plena.

Como foi tentado demonstrar, historicamente a política sempre apareceu como dimensão essencial do ser social, pois em seu sentido positivo, “é tida como a esfera privilegiada da expressão da liberdade e da isonomia humanas”. Esse “positivismo” ganha ossatura no complexo institucional do Estado. Este seria o instrumento pelo qual a política realizaria sua promessa de soluções dos problemas concernentes a vida em sociedade. Marx vai fazer a crítica a essa dimensão da politicidade, que ganha centralidade na obra marxiana, pois ao desvelar a ontonegatividade da política, ele aponta qual a trilha a seguir para o processo de emancipação da humanidade, momento histórico onde pressupõe a destruição do Estado, fim da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem (dimensões da politicidade) onde a relação na produção se daria pelo “trabalho associado”. E tais pressupostos só serão possíveis, segundo o pensador alemão, através da revolução social.

Essa discussão em torno da ontonegatividade da politicidade está longe de ser, parafraseando Marx, relegada a “crítica roedora dos ratos”, pois ela se torna mais necessária hoje do que ontem, tendo em conta que o próximo momento revolucionário está num horizonte próximo, e que ao mesmo tempo, o principal ator, não por escolha, mas pela sua função social, o proletariado continua de mãos dadas às lutas rasas - muito disso pela sua pseudo representação sindical e os não menos pseudo partidos comunistas e socialistas que arrogam para si a representação da classe trabalhadora, além e principalmente pela materialidade objetiva - com vias ao melhoramento das condições de vida imediatas, acreditando que a via para a transformação ainda passa pelo parlamento, pela disputa dentro do Estado, pela correlação de forças, e depois que se tonarem classe hegemônicas, fundarem uma democracia operária, que pelo que foi discutido acima, e por olhar sempre a história pela porta frente, estaria fadada aos projetos natimortos.

A mudança para um novo patamar humanitário depende em larga medida do abandono da luta parlamentar, compreensão da relação capital/política/Estado, e reorganização da energia política proletária. Se a opção for insistir no chão já batido, não é um projeto político que estará fadado ao fracasso, mas sim a humanidade que estará fadada ao desaparecimento.

Referências

CHASIN, José. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. São Paulo: Boitempo. 2009.

LESSA, Sérgio. Ética, Política e Serviço Social. In: Revista Katalysis, UFSC: Florianópolis, 2005. V. 8, n. 2. 2005.

_____. Política e Ética. In: Critica Marxista. São Paulo: Boitempo, n. 14. 2002.

MARX, Karl. Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão. Edições Progresso: Lisboa - Moscovo, 1982.

_____. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano. In: Revista Práxis, n. 5, Belo Horizonte: 1995.

_____. Luta de Classes e Luta Política. 2004. In: www.marxists.org, acessado em 05/11/2012.